



ENTREVISTA

ANTÔNIO HOHLFELDT: “a gente está com uma febre muito grande nas tecnologias”

Ed Wilson Ferreira ARAUJO⁶³

Thaís Cristina BUENO⁶⁴

Marco Antonio GEHLEN⁶⁵

Alan Milhomem da SILVA⁶⁶

O gaúcho Antônio Hohlfeldt é um nome reconhecido entre os estudiosos da Comunicação. Atualmente vinculado ao programa de pós-graduação em Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde também atuou como coordenador entre 1999 e 2002, ele tem seus estudos abalizados, principalmente para a área da Teoria da Comunicação e História do Jornalismo.

Crítico ardiloso da área e das pesquisas na atualidade, principalmente nos estudos que focam em descrições que muitas vezes enfatizam por demasia os avanços tecnológicos em detrimento de um olhar aprimorado para o contexto – “você olha o aqui e o agora e se esquece do anterior, parece que você tem uma grande novidade, uma coisa que é absolutamente inovadora que nunca foi feita, mas se você levar dez minutos, um pouquinho só de paciência para ler alguma coisa, refletir como é que era esse processo de comunicação um século atrás, você vai tomar um susto” – é também um entusiasta da área e um incentivador da ampliação de parecerias e pesquisas pelo país.

Com um tom de voz alto e um jeito de falar imperativo, não usa de meias palavras para avaliar pontos considerados sensíveis no campo de atuação, como posicionamentos

⁶³ Doutor em Comunicação (PUCRS), professor do curso de Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: blogdoedwilson@gmail.com

⁶⁴ Doutora em Comunicação (PUCRS), professora do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Imperatriz). E-mail: thaisabu@gmail.com

⁶⁵ Doutor em Comunicação (PUCRS), professor do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Imperatriz). E-mail: gehlen.m@gmail.com

⁶⁶ Mestrando em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal do Tocantins (UFT), bolsista Capes, graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: milhomemalan@gmail.com.

destoantes a de seus colegas de trabalho, bem como em assumir suas deficiências – “Quem não dominar o inglês, que é o meu caso, inclusive, porque minha formação toda foi francófona, o que eu faço? Eu escrevo, mando traduzir, pago para traduzir, enfim, não vou me manter afastado”.

Na entrevista que segue, concedida nas dependências da PUC/RS, o professor faz um panorama de sua trajetória no campo da Comunicação e uma avaliação da pesquisa na área, bem como dos rumos do Jornalismo.

Na vasta ramificação de tendências teóricas em Comunicação é possível apontar um eixo predominante na sua pesquisa?

Eu diria que há fases. Uns anos atrás, o professor Marques de Melo coordenou um livro sobre o que ele chamava grupo gaúcho de pesquisadores. Ele fez um sobre o grupo de São Paulo, de São Bernardo e outros. A pessoa que redigiu o texto sobre mim tomava como ponto de referência a Escola de Frankfurt. Eu trabalhei basicamente a Escola de Frankfurt, propondo uma leitura crítica da Comunicação. Eu diria que há 20, 30 anos isso era bastante fiel. Mas digo que hoje em dia me distanciei em parte disso, quer dizer, eu acho que a Escola de Frankfurt tem uma contribuição importante, tanto que eu mantenho sempre uma referência a ela e aos seus autores dentro da minha pesquisa, mas acho que em algum momento ela foi ultrapassada, recebeu outras leituras mais abertas, inclusive depois dos Estudos Culturais, tanto os Ingleses quanto os Estudos Culturais que se desenvolvem na América Latina, com Jesús Martín-Barbero, por exemplo, e outros. Hoje em dia estou mais voltado para o Jornalismo, tenho utilizado e tenho me valido mais daquelas teorias que estão, embora sendo Teorias da Comunicação, mais usadas tradicionalmente nos estudos de Jornalismo.

E entre os pesquisadores brasileiros, consegue enxergar uma teoria ou uma tendência teórica predominante?

Eu acho que é diversificado. Nós temos, literalmente, dezenas de bases teóricas, de linhas, de tendências diversificadas. Elas variam por autores, estritamente, e variam por instituição. Por exemplo, você pode identificar algumas instituições com linhas bem específicas, bem claras. Se você pega a PUC de São Paulo é uma linha muito mais semiótico com todas as suas variantes. Já alguns autores de universidade federais que trabalham, sobretudo com a comunicação pública, evidentemente que têm um link muito forte com a Escola de Frankfurt. Aqui mesmo no nosso programa, há uma grande diversidade de

linhas. Aliás, eu acho que uma das coisas boas aqui da Famecos é exatamente que você tem essa diversidade. Penso que isso enriquece e abre muitas perspectivas para o aluno.

Muitos dos que criticam a Academia defendem o ponto de vista de que a Universidade não está aberta para o pensamento de direita, ou, ainda, que os professores do ensino superior são difusores, predominantemente, do pensamento de esquerda. O senhor acredita que isso acontece na Comunicação?

Olha, eu vejo, por exemplo, que há uma forte tendência nas escolas públicas, nas escolas federais, de ter uma preferência por teorias mais críticas num sentido mais amplo, não só a Teoria Crítica Frankfurtiana. Acho que tem certa lógica, porque sendo uma universidade pública eles têm uma preocupação de trabalhar com as questões públicas. Agora, de ser cerceado, confesso que nunca me senti cerceado quando visitei essas universidades, quando sou convidado para fazer uma palestra. Então, não acho que as instituições especificamente fechem o debate. Agora não vou dizer que isso não ocorra numa situação ou outra, a partir da própria coordenação de um programa de pós ou da própria direção da faculdade, mas isso aí é um caso muito específico. Não dá pra generalizar, você tem que na verdade examinar cada caso.

Não há, então, na sua avaliação algum autor que seja considerado uma gafe teórica ou que esteja banido da academia?

Não! E particularmente, na minha disciplina, sou muito cuidadoso, independentemente da minha posição, da minha eventual preferência, procuro apresentar ao aluno um conjunto mais amplo e aberto possível de teorias, porque é uma coisa que eu sempre digo: não se trata de ter uma teoria errada, se trata de usar a teoria para um caso errado. Ou seja, você escolher a teoria errada do ponto de vista da adequação. A teoria em si não é errada, a teoria formula um modo de ver que se aplica ou não a um determinado caso. Então, o erro não é da teoria, o erro é seu ao adotar equivocadamente determinada teoria.

Qual aspecto da pesquisa em Comunicação precisa ser mais aprofundado?

A gente está com uma febre muito grande nas tecnologias e se esquecendo que essas tecnologias são resultado de um processo evolutivo. Então, você olha o aqui e o agora e se esquece do anterior. Parece que você tem uma grande novidade, uma coisa que é absolutamente inovadora, que nunca foi feita, mas se você levar dez minutos, um pouquinho

só de paciência para ler alguma coisa, refletir como é que era esse processo de comunicação um século atrás, vai tomar um susto. Vai descobrir que não era muito diferente. O que mudou foi a rapidez, a amplitude, talvez a possibilidade de ter o controverso, fora disso não mudou muito. Penso principalmente no processo de jornalismo. As novas tecnologias mudaram o que é a essência do jornalismo, que é uma informação de interesse social, que respeite a veracidade? Não mudou nada! Na essência, no que me toca, no meu processo de jornalismo, parece que não mudou.

Então, pelo que entendi, na sua avaliação os processos de comunicação são uma área que deveria ser mais bem estudada?

Não! Eu diria que é na história dos processos da comunicação, para não achar que são novos. Estudos para poder melhor contextualizar e melhor compreender. Entender o que hoje, de fato, é novo e o que pode avançar. Mas para saber isso eu preciso saber o que era antes e isso, infelizmente, boa parte do pessoal não sabe.

E por que não estamos estudando isso?

Porque, infelizmente, na formação ibérica, o estudo tende a se fragmentar, tende a ser administrativo. Estuda-se o fenômeno em si e não o contexto desse fenômeno. Nesse sentido, a Escola Crítica tem razão, ou seja, toda teoria, todo modo de ver é datado, é localizado e datado. Quer dizer, nós temos que ter clareza no contexto onde nasce a compreensão de alguma coisa para entender que dependendo do contexto essa compreensão varia. Vamos pegar, por exemplo, os professores jovens, meninos que dominam a tecnologia, conhecem, fazem teoria magníficas. Aí você pergunta como era no século XIX e eles não têm a mínima idéia. Deste modo tudo parece uma grande novidade e necessariamente não é. É isso que eu tenho enfatizando, não é só explicar o fenômeno, mas pensar como é que era isso no século XIX? Porque também existia. Não existia, evidentemente, com internet, com celular, mas existia. O Hipólito José da Costa mandava cartas pedindo informações para o Brasil, levava dois ou três meses, mas ele transformava essas informações em artigos, levava seis meses, mas existiam as redes. Nos anos 60, 70, em plena ditadura, nos escritórios brasileiros nós tínhamos redes. Agora se eu penso que só a internet, só o Twitter, só o Facebook faz rede social, eu estou perdendo o principal, que é a essência do que é uma rede social.

Na sua avaliação, falta uma teoria, uma pesquisa genuinamente brasileira?

Eu acho que ainda falta. Eu acho que não é uma questão de você ter um conceito genuinamente brasileiro, mas é de ter clareza de quais são os fenômenos comunicacionais que ocorrem no Brasil, como eles ocorrem no Brasil e o que eles significam em relação à sociedade brasileira. Quando o José Marques diz que independentemente da censura da corte portuguesa, em relação à prensa no Brasil, no período colonial não teve imprensa no Brasil porque não tinha quem lesse, ele está entendendo que não basta dizer que não tinha imprensa, não basta dizer que estava proibida a imprensa. Marques de Melo soube ver atrás da aparência. E quando eu digo assim: “Ah, a imprensa vai depender da cidade e dos alfabetizados”, perfeito! Mas cuidado, a professora Marialva Barbosa está mostrando que os analfabetos também leem jornal por terceira via, senão os negros escravos não procurariam o jornal para denunciar os feitores. Então, eu acho que é isso que a gente precisa ver, que dizer não basta. Você precisa constatar a coisa em si. Isso nos falta, sim!

Professor, que avaliação o senhor faz da relação entre os pesquisadores brasileiros e estudiosos de outros países?

Eu acho que melhorou muito. Nos primeiros anos da Compós, quando casualmente eu era o coordenador aqui do programa de pós, tínhamos recém implantado o doutorado. Uma das maiores críticas do professor Wilson Gomes, uma crítica que eu diria com razão, é que nós não nos líamos entre nós. Nós líamos muito autores estrangeiros e não nos líamos. Eu acho que esse foi um problema que avançamos muito. Eu vejo, porque a toda hora estou sendo convidado a dar pareces, a ler artigos e outras coisas, de que nós hoje nos lemos. A bibliografia que aparece, aparece bastante equilibrada entre os autores brasileiros e os autores estrangeiros. Diria que na Comunicação hoje temos um percentual bastante grande de internacionalização, que se traduz, sobretudo, no fato de pesquisadores brasileiros trabalharem ou pesquisarem junto com pesquisadores estrangeiros, eventualmente constituírem grupos e publicarem em conjunto. E aí de novo, cada professor tem as suas características conforme o tipo de pesquisa que realiza, por exemplo, o meu internacional basicamente é Portugal, porque é com esse que eu trabalho. Então, depois eu expando isso. Diria que avançamos muito, mas também não sei se é bom avançar demais, porque acho que é importante a gente manter identidade e foco em relação a processos e questões comunicacionais do Brasil, antes de tudo. Nós temos que entender e ajudar a entender primeiro o nosso país. Não adianta eu entender dos outros países ou fazer comparações sem ter clareza sobre o que está acontecendo no Brasil. Acho que nosso primeiro compromisso é com o Brasil. Agora, evidentemente, nós

não podemos ter uma posição de xenofobia, depois do Brasil não existe o resto, como é muito comum no pesquisador norte-americano, por exemplo. Então, eu diria assim, há um primeiro patamar onde é o Brasil, onde eu vivo, onde eu trabalho, onde eu preciso compreender e conhecer, e num segundo momento você passa a expandir.

O senhor disse que sua pesquisa internacional aproxima-se bastante de Portugal. Poderia fazer um apanhado de pesquisas em Comunicação nos países integrantes da CPLP?

Nós temos pouca gente no Brasil e em Portugal, muito pouca gente. Eu diria assim, historicamente, o pioneiro foi, de fato, o professor Marques de Melo. Ele abriu esse caminho e abriu um caminho do Brasil para Portugal, teve retornos, alguns professores como o professor Adriano Rodrigues, por exemplo, passou a trabalhar com Portugal. Com o Brasil, mais recentemente, o professor Jorge Pedro Sousa. Há alguns pesquisadores que fazem grupos Portugal/Brasil e isso está sendo gradualmente incrementado. A Lusocom, que reúne as entidades nacionais dos países de expressão portuguesa: Portugal, Angola, Moçambique, Goa e assim por diante, inclui também a Catalunha, tem feito um esforço muito grande. Por outro lado, por exemplo, no processo de Cabo Verde, através da Lusocom, o Brasil se envolveu bastante no processo, chegando a editar, aqui no Brasil, o primeiro livro de pesquisadores do Cabo Verde. O livro foi impresso aqui no Brasil e depois enviado para o Cabo Verde por avião através da Intercom, mas dentro do âmbito da Lusocom. Do mesmo modo, a gente tem estado bastante, muito presente no processo de formação de uma entidade de desenvolvimento de estudos no Moçambique. É mais difícil em Angola pelo sistema político adotado. A gente tem alguma notícia do Macau, mas também é muito pequeno. Guiné-Bissau hoje está complicado porque tem uma ditadura. A gente tem que levar muito em conta os contextos político-sociais que esses países possuem. Então, eu diria assim, gradualmente o Brasil está se colocando. Agora nós temos, evidentemente, o desafio do idioma. O português nos complica a vida. Infelizmente o inglês é o idioma aceito por todo o mundo, do Irã a Polônia, a União Soviética, então isso, evidentemente, nos obriga a nos adequar a esses desafios. Se você não for capaz de produzir em inglês você dificilmente vai ter entrada nessas outras estruturas. O que nós somos obrigados a fazer? Quem não dominar o inglês, que é o meu caso, inclusive, porque minha formação toda foi francófona, o que eu faço? Eu escrevo, mando traduzir, pago para traduzir, enfim, não vou me manter afastado. Eu

me junto nesse universo, só que pra mim custa mais caro, é uma decisão que cada um tem que tomar, a minha está tomada sem problemas maiores.

Professor, com o desmembramento das áreas em Jornalismo e Publicidade, e não mais na grande área da Comunicação, que impactos o senhor vê para as pesquisas?

Olha, em primeiro lugar, eu acho que essa separação é uma coisa que tem lados bons e lados ruins. O lado bom é no sentido de que fortalece especificamente cada área. Ajuda a ter uma auto-estima, uma identidade. Por outro lado, a realidade do fenômeno comunicacional é de cada vez mais juntar e não de separar, então nós acabamos separando uma coisa que no dia a dia está cada vez mais junta, há um certo descompasso nesse sentido. O que poderá vir a ser pernicioso ou não, vai depender como isso vai ser feito. Aqui na Famecos, embora a gente tenha seguido a legislação de separar, nós mantemos no diploma, inclusive, na linha de formação, uma coisa bem clara: o nosso aluno se forma em Comunicação especialidade em Jornalismo, especialidade Publicidade e assim por diante. Nós vamos manter isso. E boa parte das disciplinas que foram pensadas para a formação dos currículos da graduação, elas ocorrem com suas correspondentes nos três cursos.

Mas e na área da pesquisa, acredita que essa divisão pode ter algum impacto?

Olha, na área de pesquisa temos uma experiência específica que é o Programa de Pós-Graduação da federal de Santa Catarina, que é uma pós em Jornalismo, ponto! Todos os outros são pesquisas em Comunicação e a especificidade nasce no projeto que o aluno traz e que se adapta ao tipo de projeto que o corpo docente pode desenvolver nas suas capacidades. Então, nesse sentido, não creio que vá reverberar ou ter consequências, porque na verdade nós já temos as especificações de cada projeto. Não creio que vai ter uma repercussão muito grande. Agora pode ter uma repercussão de médio e longo prazo, que é uma melhoria de compreensão, digamos assim, de cada campo em si mesmo, de cada especificidade, de cada especialidade em si mesmo, o que, obviamente, vai melhorar também depois a qualidade do estudo quando você chegar no Mestrado ou no Doutorado, ou mesmo num MBA, numa especialização.

Quais são os principais centros de referência em comunicação no Brasil, na sua opinião?

Bom, sem dúvida nenhuma você tem, e eu não estou falando de avaliação da Capes, estou falando daquilo que interfere historicamente por tempo, por formação de gerações, eu

diria que sem dúvidas nenhuma a PUC, a USP, a federal do Rio. Aqui no Rio Grande do Sul, eu acho que a PUC e a federal têm uma influência muito grande, basta ver o conjunto de gente que foi formada nessas duas escolas. Você tem a Bahia, sem dúvida nenhuma, com uma importância muito grande. E, hoje em dia, eu acho que Brasília desponta com bastante interferência a UNB. O resto, me parece, são centros ainda emergentes.

A gente tem visto um tanto de gente falando, escrevendo na internet, mas percebe-se que mesmo alfabetizados não conseguem compreender textos...

Sobretudo, eu diria que não conseguem fazer uma coisa que não tem a ver diretamente com a Teoria da Comunicação, mas com a prática da comunicação. As pessoas não conseguem se comunicar. E comunicar aqui estou pensando na teoria do Habermas, do diálogo, da teoria comunicativa. Quer dizer, quando quero me comunicar com alguém, quando quero discutir, tenho, em primeiro lugar, que dizer verdadeiramente o que eu penso e ouvir verdadeiramente o que o outro pensa. Ver o que nos une, não o que nos separa. Eu diria que é a nossa falta de educação para o diálogo, para a democracia. É assustador, mas é assim. Temos nossa formação colonial.

Mas como o senhor diz, nada efetivamente uma novidade. E antes da internet, onde víamos isso?

Aparecia no sentido daquilo que o Luiz Beltrão mostra: você tinha circuitos diferentes de comunicação que não se falavam entre si. Tinha o circuito da aristocracia, tinha o circuito dos trabalhadores... Hoje os circuitos têm que se encontrar. É quase impossível não se encontrarem. Mas eles reproduzem dentro de si mesmo o mesmo fenômeno da incomunicabilidade, da intransigência, da não aceitabilidade que alguém possa pensar ou fazer diferente de mim, numa tentativa de calar o outro. Uma vontade de dizer que a minha ideia tem que valer de qualquer jeito, que só eu é que estou pensando direito. Essas posturas são absolutamente antidemocráticas, são absolutamente anti-comunicativas e não vai mudar simplesmente porque eu mudei a tecnologia. Eu vou continuar usando mal o Twitter, vou continuar usando mal o Facebook, vou continuar usando mal a internet de um modo geral. Não vai mudar! Fica um diálogo absurdo.

As pesquisas de opinião pública precisam ser refeitas ou ainda servem de embasamento mesmo as com essas mudanças?

Tem uma resposta antiga, mas que eu continuo acreditando, que é o seguinte: a resposta depende da pergunta. Então, antes de tudo, eu digo que temos que ver se essas pesquisas são seriamente realizadas. Essa é a primeira questão. A segunda questão, evocando daí o Bourdieu e o Patrick Champagne, as enquetes que são realizadas tocam nos assuntos que de fato as pessoas estão preocupadas? Essa é a segunda questão, porque, de repente, eu não estou preocupado com o assunto. A terceira questão é o quanto dá pra levar a sério esta opinião pública expressa nas redes sociais, que é absolutamente anônima e covarde.

Ela é pública, mas é meio privada...

Exatamente! Ela é pública, mas ela é anônima, e isso é um negócio complicado. Se eu não ponho meu nome lá, minha cara, eu posso dizer: Esse aqui não sou eu! Ah, isso aqui foi uma brincadeira! E tu sabes o quanto isso aqui tem ocorrido. Então, na verdade, eu diria que mais do que nunca tem a ver com o Jornalismo. A questão de opinião pública tem que ser levada e trabalhada por gente preparada para fazer isso, portanto, pra mim, por um profissional e não por qualquer um. Não é porque eu tenho 200 mil e-mails a favor de matar aquela menina que isso necessariamente é a opinião pública. Aí vale muito a espiral do silêncio, que dizer, os caras que berram mais parece que são a maioria, não sei se são. E na internet pode-se berrar à vontade, tu não és responsável por isso.

Qual é a avaliação que o senhor faz da imprensa brasileira com toda essa situação?

Olha, esses episódios que nós estamos vivendo ainda não tenho uma avaliação final porque acho que nós estamos no meio do processo. Eu não tenho ainda o distanciamento para avaliar o acontecimento e a versão do acontecimento que a mídia me deu. Mas, historicamente, eu posso voltar para trás e tentar lembrar episódios como o golpe de 64, as Diretas Já, o Collor. A mídia de um modo geral, eu não diria que em algum momento ela foi golpista, que ela foi interesseira de modo imediato. Eu digo que a mídia de um modo geral traduziu um clima de opinião que fazia uma avaliação de episódios que estavam ocorrendo e que faziam um diagnóstico disso, e em nome desse diagnóstico, a partir desse diagnóstico, atuava no sentido de influenciar. Então, eu confesso que eu tenho medo de dizer assim simploriamente que a imprensa de 64 foi golpista e derrubou o Jango. Não, eu diria que boa parte da população brasileira queria derrubar o Jango, só que não tinha voz, e a parte que queria o Jango era que berrava mais. Quando eu penso no caso do Monte Andrade, no caso Antônio Calado, no caso Heitor Cony, também queiram derrubar o Jango, eu prefiro ir mais

devagar antes de dizer que eles eram golpistas, como alguns colegas dizem. Depois, pro final da ditadura, você vai dizer que a mídia não ajudou acabar com a ditadura, apoiando as Diretas Já, a partir da Folha? Evidentemente que sim! Você não vai dizer que ajudou a derrubar em 64 o outro? Claro que sim! Ah, o 64 não pode, mas derrubar a ditadura pode? Qual é o problema? O processo não é o mesmo? Então, das duas uma: O processo é legítimo nos dois casos, só que um eu posso concordar e o outro não; ou então eu estou usando dois pesos e duas medidas para analisar o mesmo fenômeno. A mídia, na verdade, parece que traduz essa coisa que está latente. Eu posso não gostar, mas eu tenho certeza, e isso está claro, de que a mídia traduziu sim um rechaço, na medida que foi sendo informada, um rechaço.